



A presente obra do Professor Clovis Beznos oferece ao leitor a oportunidade de aprofundar-se em questões de suma relevância, referentes ao instituto da desapropriação, abrindo questionamentos fundamentais sobre vários aspectos de interesse geral. Nas investigações a que se propõe, trilha o autor caminhos ainda não percorridos, buscando soluções para os mais intrigantes problemas que o tema suscita, e que afligem especialmente os menos favorecidos, que hoje se veem despojados de seus bens, sem a realização do primado constitucional, da prévia e justa indenização em dinheiro, alocados ao destino inglório das intermináveis e injustas filas de precatórios. De outra parte, a obra, não obstante animada pela análise de sólidos ensinamentos da doutrina, alia essa investigação científica a aspectos práticos, deixando o autor por vezes dominar-se em sua senda pelo espírito do advogado e professor de prática forense, para oferecer soluções práticas, inclusive de ordem processual, com a análise da jurisprudência das Cortes Superiores do país. A função social da propriedade e a desapropriação-sanção também são objetos de tratamento na obra, preocupando-se o autor, com relevantes aspectos relativos ao meio ambiente, bem

como pela distribuição dos encargos da sua realização. Relevantíssimo é o tratamento que o livro oferece quanto à imissão provisória de posse e quanto à execução na desapropriação, apresentando quanto à mesma solução absolutamente inovadora. Não deixou, por outro lado, o autor de abordar aspectos de interesse do erário público, enfrentando a questão referente a indenizações exacerbadas — muitas vezes decorrentes de atos menos dignos — e a questão referente ao trânsito em julgado inconstitucional.

Autor
Clovis Beznos

ASPECTIS JURÍDICOS DA INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica
Direito Administrativo

Público-alvo/ Consumidores da obra
Profissionais do Direito e Estudantes de Direito

Prefácio
Sérgio Ferraz

Formato: 14,5x21,5 cm
CÓDIGO: 10000894

B547

Beznos, Clovis

Aspectos jurídicos da indenização na desapropriação / Clovis Beznos; prefácio de Sergio Ferraz. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte : Fórum, 2016.

207 p.

ISBN 978-85-450-0112-6

1. Desapropriação 2 Posse

CDD: 343.810252

CDU: 351.712(094.4)

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BEZNOS, Clovis. *Aspectos jurídicos da indenização na desapropriação*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 207 p. ISBN 978-85-450-0112-6.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....11

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Sergio Ferraz.....13

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Lúcia Valle Figueiredo.....15

INTRODUÇÃO.....17

CAPÍTULO 1

O INSTITUTO DA DESAPROPRIAÇÃO.....19

1.1 Esboço histórico.....19

1.2 O instituto da desapropriação.....23

1.3 O fundamento jurídico da desapropriação.....24

CAPÍTULO 2

A IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE.....37

2.1 A previsão normativa.....37

2.2 A evolução jurisprudencial.....41

2.3 A noção de posse.....45

2.4 O direito à indenização completa e prévia.....46

CAPÍTULO 3

DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA.....51

3.1 O conceito de desapropriação indireta – Seu fundamento normativo.....51

3.2 O ilícito, a ação reivindicatória e a via reparatoria.....	54
--	----

CAPÍTULO 4

AS INDENIZAÇÕES AMBIENTAIS.....	63
4.1 A legislação florestal e a indenização.....	63
4.2 A servidão.....	76

CAPÍTULO 5

DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.....	79
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 6

A RETROCESSÃO.....	83
6.1 A previsão legal da retrocessão em nosso Ordenamento.....	84
6.2 A natureza jurídica da retrocessão.....	88
6.3 Causas determinantes da retrocessão.....	93

CAPÍTULO 7

A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL.....	97
7.1 A revisão do julgado constitucional.....	97
7.2 A ação popular.....	105

CAPÍTULO 8

DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO.....	113
8.1 A função social da propriedade.....	113
8.2 O Estatuto da Cidade.....	123
8.3 A reforma agrária.....	131

CAPÍTULO 9

A EXECUÇÃO DE SENTENÇA NA AÇÃO EXPROPRIATÓRIA.....	137
CONCLUSÕES.....	147
REFERÊNCIAS.....	153

ANEXO

LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 (DOU 07.11.1962).....	159
LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 (DOU 19.06.1965, RET. DOU 20.09.1965).....	161
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 (DOU 26.02.1993).....	175
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (DOU 11.07.2001).....	185
Capítulo I Diretrizes gerais.....	185
Capítulo II Dos instrumentos da política urbana.....	186
Seção I Dos instrumentos em geral.....	186
Seção II Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	187
Seção III Do IPTU progressivo no tempo.....	187
Seção IV Da desapropriação com pagamento em títulos.....	188
Seção V Da usucapião especial de imóvel urbano.....	188
Seção VI Da concessão de uso especial para fins de moradia.....	189
Seção VII Do direito de superfície.....	189

Seção VIII Do direito de preempção.....	189
Seção IX Da outorga onerosa do direito de construir.....	190
Seção X Das operações urbanas consorciadas.....	191
Seção XI Da transferência do direito de construir.....	191
Seção XII Do estudo de impacto de vizinhança.....	192
Capítulo III Do Plano Diretor.....	192
Capítulo IV Da gestão democrática da cidade.....	193
Capítulo V Disposições Gerais.....	193
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993.....	197
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941 (DOU 18.07.1941).....	201
Disposições Preliminares.....	201
Do Processo Judicial.....	202
Disposições Finais.....	206